

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 006

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**NELSON JUSTUS**

1º Vice-Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

2º Vice-Presidente - PMDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	
<i>PSDB</i> .....	
<i>PL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
24 DE FEVEREIRO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Antonio Annibelli e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim

Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 048**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desentranhamento, da documentação relativa aos projetos apresentados, conforme relação em anexo.

Sala das Sessões, em 24.02.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

Exercício	Projeto nº	Súmula
1996	536/96	Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em todos os estabelecimentos do Estado do Paraná, no horário que especifica.
	537/96	Proíbe a instalação de bares e boates em bairros residenciais de todo Estado do Paraná
1997	009/97	Institui o prêmio "Bravura" aos policiais civis e militares, e todos cidadãos que praticarem ato de coragem ou heroísmo.
	045/97	Declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Bocaiúva do Sul.
	239/97	Declara de Utilidade Pública a "Comunidade Evangélica El Shadai".
	273/97	Declara de Utilidade Pública a "Sociedade Beneficente de Assistência Social - SOBASLUZ.
	377/97	Declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Rio Branco do Sul.
	397/97	Declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio a Pesquisa em Neurologia - CEPEN, com sede e foro da Cidade de Curitiba.

Exercício	Projeto nº	Súmula
	398/97	Isenta os policiais militares do pagamento de passagens do transporte coletivo intermunicipal.
	411/97	Fica proibido o uso do tabaco em todos os restaurantes e estabelecimentos semelhantes.
	507/98	Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sengés - STRS.
	557/97	Declara de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Pastor na Cidade de Quedas do Iguaçu.
	558/97	Declara de Utilidade Pública a “Associação de Caubóis de Rodeio de Marilândia do Sul - ACOROMS.
	637/97	Declara de Utilidade Pública o Clube de Mães de Baía, com sede e foro na Cidade de Pinhão.
1998	011/98	Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor José Anunciação dos Santos.
	016/98	Concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Carlos Marchioro
	029/98	Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Solar - ASSOLAR.
	032/98	Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Israel Sodré.
	033/98	Concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Silvio Ferreira Pimenta.
	041/98	Declara de Utilidade Pública a “Associação de Moradores as Vila União”.
	043/98	Declara de Utilidade Pública a “Associação de Pais e Mestres as Escola Estadual Anita Canet - EPG.
	049/98	Declara de Utilidade Pública a “Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dr. Bayard Osna - EPG.
	052/98	Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. José Florêncio da Silva.
	084/98	Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imbituva.
	085/98	Declara de Utilidade Pública a Associação de Servidores Municipais de Fazenda Rio Grande - ASSMUF.
	124/98	Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Paschoal Piragini Júnior.
	141/98	Declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica da Igreja Presbiteriana Renovada da Fazendinha.
	142/98	Declara de Utilidade Pública a Associação de Servidores Municipais de Campo do Tenente - ASMUCAT.
	239/98	Isenta do pagamento de pedágio os veículos oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e Entidades Filantrópicas.

Exercício	Projeto nº	Súmula
	278/98	Estabelece a implantação de exemplar da Bíblia Sagrada em braile em todas as bi- bliotecas públicas do Estado do Paraná.
	277/98	Isenta o pagamento de pedágio nas rodovias do Anel de Integração, no período das 00:00 às 16:00 horas da manhã.
	351/98	Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Água da Vida.
	412/98	Declara de Utilidade Pública a Representação Central da Comunidade Brasileiro-Polonesa no Brasil - BRASPOL.
	414/98	Altera os dispositivos as Lei nº 8766 de 24/04/88, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção as Mulheres Desamparadas e Marginaliza- das.
	454/98	Reduz pela metade do preço, as tarifas de passagens intermunicipais, aos aposentados e pensionistas.

## REQUERIMENTO Nº 052

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a autorização para desentranhamento do Projeto de Lei nº 080/97 de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, referente as divisas do Município de Bela Vista da Caroba.

Sala das Sessões, em 24.02.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

## JUSTIFICATIVA:

A solicitação contida no presente requerimento, justifica-se tendo em vista que o referido projeto de lei foi apresentado no ano de 1997 e não teve trâmite, portanto, necessitamos que o mesmo seja desentranhado para devida reapresentação.

Neste sentido, contamos com o apoio dos demais Pares, para a aprovação do presente Requerimento, para que a população de Bela Vista da Caroba possa receber este benefício.

## REQUERIMENTO Nº 056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o desarquivamento do Projeto de Lei nº 447/98, de minha autoria, que altera a Lei nº 12322 (Transporte intermunicipal de passageiros).

Sala das Sessões, em 24.02.99.

(a) ANIBAL KHURY

## REQUERIMENTO Nº 054

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de con-

gratulações e aplauso por esta Casa de Leis, à Legião Paranaense dos Expedicionários pela comemoração da tomada de Monte Castelo na Itália pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) que ocorreu na data de 21 de fevereiro de 1945.

Sala das Sessões, em 24.02.99.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

A Legião Paranaense dos Expedicionários comemorou em data de 23 de fevereiro de 1999 a tomada de Monte Castelo, na Itália, pela Força Expedicionária Brasileira (FEB), que ocorreu em 21 de fevereiro de 1945.

Dos quatro mil homens dos regimentos e batalhões brasileiros que lutaram nesta batalha, 465 morreram, 28 deles paranaenses.

A tomada de Monte Castelo é considerada a maior vitória da FEB e ainda hoje emociona parentes e ex-combatentes. O combate foi feito por soldados do I e III batalhões do Regimento Sampaio que enfrentaram entre as inúmeras dificuldades de uma guerra, cerca de 90 dias com temperatura de vinte graus abaixo de zero. Foram 4 tentativas em 3 meses e somente na quinta tentativa é que o batalhão conseguiu tomar o Monte Castelo. O fato da defesa alemã estar muito bem estruturada para as batalhas não intimidou as tropas brasileiras. A memorável data de 21 de fevereiro de 1945, quando o Regimento Sampaio lançou-se ao ataque jamais foi esquecido e anualmente são feitas homenagens àqueles que lutaram pelo nosso País.

À Legião Paranaense dos Expedicionários, que congrega nossos bravos Heróis, os nossos mais sinceros agradecimentos e as congratulações do nosso Poder Legislativo Estadual.

## REQUERIMENTO Nº 055

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações por esta Casa de Leis, à Federação Paranaense de Handebol - FPHd, pela passagem e comemoração de seus 25 anos de existência.

Sala das Sessões, em 24.02.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Handebol - FPHd, comemora no dia 24 de fevereiro de 1999, vinte e cinco anos de existência.

Atualmente a federação conta com 37 filiadas no Estado e seu Presidente é o Senhor Décio Roberto Calegari. Em Curitiba, conta com os seguintes filiados: Colégio Marista Santa Maria, Colégio Marista Paranaense, Dom Bosco, Expoente, CEFET, Colégio Bittar, Universidade Federal do Paraná e Paraná Clube.

A entidade vem desenvolvendo um importante trabalho junto ao esporte paranaense, incentivando cada vez mais o Handebol que congrega hoje um grande número de atletas.

Nesta data comemora-se não apenas uma etapa coroadade êxito, mas a realização de um sonho. São 25 anos de luta dedicada à estruturação desta modalidade esportivo no nosso Estado, uma luta que merece as mais efusivas congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 045

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, após ouvido o Plenário, oficie-se ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, bem como aos Ministros: da Fazenda, Pedro Sampaio Malan, da Agricultura e do Abastecimento, Francisco Sérgio, Turra, no sentido de que seja mantida a Lei Kandir, que veio beneficiar as exportações de produtos primário e semi elaborados.

Sala das Sessões, em 24.02.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Lei Kandir, desonerando do ICMS as exportações dos produtos primários e semi-elaborados, foi uma grande conquista da agropecuária brasileira, porque estabeleceu isonomia em relação aos produtos de exportação industrializados, isentos de qualquer tributação.

A Federação da Agricultura do Estado do Paraná, na pessoa de seu titular, Presidente Ágide Meneguette, através do Ofício nº 041/99-GP ao Deputado subscritor deste requerimento, assim se expressa:

“O restabelecimento de qualquer imposto ou taxa sobre as exportações de produtos primários e semi-elaborados, para resolver problemas de endividamentos dos Estados às custas da renda de uma categoria econômica sofrida, significará a mão no bolso dos produtores rurais para perpetuar a incompetência administrativa.

Os produtores rurais do Paraná repudiam qualquer manobra no sentido de impor novo ônus às exportações de seus produtos. Não é justo que esse setor que arcou com prejuízos decorrentes da defasagem cambial, que foi a âncora verde” do “Plano Real, venha novamente ser chamado para pagar a conta de erros administrativos ou de política econômica”.

REQUERIMENTO Nº 046

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, oficie-se ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, bem como ao Senhor Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, no sentido de aprovarem o Projeto de Transformação do CEFET-PARANÁ em Universidade Tecnológica do Paraná.

O CEFET-PARANÁ atende os indicadores previstos na Legislação Federal específica em vigor a sua transformação em Universidade não implicará em aumento de despesas em relação às despesas atuais do CEFET-PR.

Sala das Sessões, em 24.02.99.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Desembargador Altair Patitucci, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, solicitando providências no sentido que aquele órgão proceda um recadastramento eleitoral no Município de Lunardelli.

Sala das Sessões, em 24.02.99.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Ministro do Exército, General Cleiber Vieira, e ao Comandante da 5ª Região Militar, Pedro Augusto da Silva Neto, solicitando a não paralisação das atividades do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva do 13º Batalhão de Infantaria Blindado (NPOR/13ºBIB).

O NPOR de Ponta Grossa existe desde 1966, é um caminho de preparação principalmente de jovens com menor poder aquisitivo. Os oficiais formados pelo Núcleo são temporários; em tempo de paz, cumprem suas funções como civis e em caso de guerra podem ser convocados a qualquer momento.

Com a paralisação das atividades, a cidade perde uma das suas melhores escolas, e tanto os ponta-grossenses como moradores das localidades vizinhas, estarão condenados a colocar seus filhos para ocupar postos rasos dentro da hierarquia militar, chegando ao posto máximo de sargento da reserva. Com isso os postos de comando estariam reservados somente para oficiais de outras localidades, onde há núcleos e centros de formação de oficiais da reserva.

Sala das Sessões, em 24.02.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 053

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente desta Casa de Leis à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de uma delegacia de Polícia no Distrito e Alto do Amparo, Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 24.02.99.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação contendo processo foi protocolada na Secretaria de Estado da Segurança Pública, sob nº 3.926.096-4 em 12/02/98.

O Distrito de Alto do Amparo, possui grande concentração populacional e está localizado distante da sede do Município.

Salientamos a relevância desta solicitação, uma vez que a inexistência da Delegacia vem trazendo insegurança e desconforto à população local.

Esta construção, de aproximadamente 100m<sup>2</sup> é uma antiga reivindicação dos moradores e é bastante urgente, uma vez que já foi designado Delegado para o local, faltando apenas o espaço físico para abrigá-lo.

#### REQUERIMENTO Nº 059

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Governador Jaime Lerner e ao Diretor - Presidente da RODONORTE, Senhor Geraldo Villin Prado, congratulando pela iniciativa em implantar o ramal de gasoduto em Ponta Grossa, estimulando a ger-

ação de emprego e melhorando as condições de vida da população pontagrossense e dos campos gerais.

Outrossim, solicita que tal procedimento seja efetuado sem alterar eventuais custos propostos originalmente, e sem acréscimo, por exemplo, vinculados a possível taxação a título de compensação de uso de terreno limítrofe à Rodovia que interliga Ponta Grossa e Araucária. Faz-se necessário demonstrar que tal fato encareceria o gás e desestimularia seu uso ou mesmo traria malefícios à proposta original apresentada pelo Governo do Estado às lideranças da região.

Por fim, requer envio de correspondência ao Senhor Governador do Estado e ao Diretor Presidente da RODONORTE, Senhor Geraldo Villin Prado (Rua Afonso Pena, 87 - Vila Estrela, Ponta Grossa - PR).

Sala das Sessões, em 24.02.99

(a) LUIZ CARLOS ZUK

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 18/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Paraná Basquete Clube, do Município de Curitiba, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.99.

(a) TONY GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública o Paraná Basquete Clube, no Município de Curitiba, neste Estado, o fazemos consciente da necessidade e importância da referida entidade esportiva, através da formação e trabalho realizado.

Terá também a finalidade de motivar a prática de esporte no Estado do Paraná, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, política ou outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, a fim de obter os direitos e interesses do mesmo.

#### PROJETO DE LEI Nº 19/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Nosso Lar, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Nosso Lar, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu - PR, fundada em 12 de novembro de 1996, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, e tem por finalidade prevenir o abandono de crianças, promover a educação informal, prestar serviços a comunidade, acompanhar e propiciar as crianças e adolescentes a frequência a escola, desenvolver atividades que permitam a integração, educação para o trabalho, etc.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face as características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 020/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Conselho Pró-Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Salto Caxias - PROCAXIAS, com sede e foro no Município de São Jorge d'Oeste.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 1998, e tem por finalidade prosseguir a execução do plano regional de Desenvolvimento Integrado dos Municípios de Entorno do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, bem como, contribuir para promoção ao desenvolvimento dos Municípios abrangidos pelo Reservatório de Salto Caxias nos aspectos de:

\* Fortalecer o caráter institucional do PROCAXIAS perante as entidades governamentais

e instituições de crédito e financiamento, inclusive internacionais;

\* Viabilizar e dar prioridade a execução de obras serviços de interesse comum;

\* Promover estudos e pesquisas para o planejamento integrado do desenvolvimento da região;

\* Coordenar o planejamento local com as diretrizes do planejamento regional, estadual e federal;

\* Criar condição de implementação de continuidade que permitam adaptação constante do trabalho intitulado de Projeto de Desenvolvimento Integrado dos Municípios de Entorno do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, às realidades dinâmicas ao desenvolvimento da região;

\* Compatibilizar os investimentos nas áreas industriais, comerciais e de serviços, para evitar a concorrência antieconômica da região;

\* Aprovar a definição, implantação e compatibilização da legislação básica de uso e ocupação do solo (plano diretor do uso e ocupação do solo) urbano e rural dos municípios membros.

Pelos motivos acima expostos, e pelo relevante serviço que a entidade vem prestando as Comunidades dos Municípios membros, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 021/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alterados a emenda e o artigo 1º da Lei nº 5579 de 03.06.67, passando a vigorar com as seguintes redações: Declara de Utilidade Pública o "Instituto Betânia de Ação Social".

Art.2º - Fica declarada de Utilidade Pública o "Instituto Betânia de Ação Social, também designado pela sigla "IBAS".

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

Segue à apreciação dessa augusta Casa de Leis, Projeto de Lei, que altera a Lei Estadual nº 5579 de 03.07.67, que declarou de Utilidade Pública o Instituto Betânia de Assistência Social.

O Projeto em apreço, tem por objetivo alterar o nome da referida instituição, considerando que em data de 21.01.99, conforme registro nº 8687 - Cartório do 1º Ofício, passou a denominar-se "Instituto Betânia de Ação Social" - IBAS.

A alteração em epígrafe está sendo solicitada no momento, tendo em vista que a instituição mencionada necessita do certificado de registro no Conselho Nacional de Assistência Social e Filantropia, bem como, demais registros em órgãos municipais, estaduais e federais, para o seu perfeito funcionamento.

Face ao exposto, e contando com o apoio e compreensão dos nobres pares, reitero à Vossa Excelência, votos de admiração e apreço.

**PROJETO DE LEI Nº 022/99**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Marcelo Rossi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.99.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

O Padre Marcelo Rossi, um jovem de 31 anos, é o principal líder da Renovação Carismática Católica, que congrega 8 milhões de fiéis em todo o Brasil. Já no ano de 1997, o Padre Marcelo, demonstrando toda a força da sua pregação, lotou o Estádio do Morumbi, deixando mais de 30 mil pessoas do lado de fora da mega-missa.

Suas reuniões de amor e fé levam milhares de fiéis a lotarem o Santuário do Terço Bizantino, um galpão de 1.800m², próximo a Interlagos, na zona sul, de São Paulo.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a proposição que objetiva homenagear alguém disposto a trazer de volta à Santa Madre Igreja todos aqueles cristãos que tinham se afastado e motivando-os a celebrar o Senhor com mais amor e mais alegria.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Damos entrada, no dia de hoje, de um projeto de lei em parceria com o Deputado Orlando Pessuti e com o Deputado Anibal Khury, no que diz respeito a disposição sobre a inspeção técnica de veículos automotores no Estado do Paraná.

Rapidamente, apenas na entrada do projeto, para podermos ter uma visão da importância desse

projeto, o Código Nacional de Trânsito, passou a exigir uma inspeção técnica sob veículos automotores, para que possam trafegar nas estradas do território nacional. Tanto faz, em estradas urbanas ou interurbanas, isso, Código Nacional de Trânsito, portanto, uma lei atribui aos Estados, a competência de cada Estado Federativo, de organizar o seu serviço com inspeção veicular.

Aqui, no Estado do Paraná, inclusive, os Senhores Parlamentares devem estar lembrados, que no ano passado ou no ano retrasado, foi alvo de uma ação na justiça, movida pelo companheiro Luiz Claudio Romanelli, uma licitação que havia sido feita no Paraná, baseado nesse Código Nacional de Trânsito, para que se processasse essa inspeção veicular no nosso Estado.

Pois bem! Na sequência disso, em novembro de 1998, o Conselho Nacional de Trânsito, CONTRAN, através de uma Portaria determinou que essa inspeção seria feita por esse órgão do Conselho Nacional de Trânsito, através de licitação nacional com validade para todo o território nacional, e portanto, sob coordenação do CONTRAN, ignorando total e completamente uma lei maior que é o código Nacional de Trânsito, e através de uma Portaria, alterando no entendimento do CONTRAN, quem faria esta inspeção veicular.

Ora, não quero aqui, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, entrar em detalhe a respeito da forma como costumeiramente a União fica a usurpar dos Estados, capacidade que são dos Estados, talvez o que tenha de importante nas manifestações e ações políticas e administrativas do governador de Minas, Itamar Franco, seja de acordar esse País para a realidade de precisarmos entender o que significa uma República Federativa.

Os Estados, a União condicionalmente têm as suas atribuições macras, e só poderá legislar sobre assuntos delegados pelos Estados, quando os Estados têm a sua competência.

O CONTRAN, ignorando completamente o que fala uma lei maior, tenta, através de uma resolução, puxar para si o direito de fazer esta vistoria.

O nosso projeto de lei, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, determina que o DETRAN do Paraná, seja o organismo a fiscalizar a implantar o sistema, mas delega aos municípios a competência para, sob a fiscalização do DETRAN, realizar todo esse trabalho de inspeção técnica veicular. Por que isso? O município é a base da residência do cidadão, o município é onde concentra-se a necessidade de todos os serviços básicos prestados em favor do cidadão, e é no município que os problemas acontecem, é um grande painel, encostado pedra sobre pedra a formar o território nacional...



Senhor Presidente, uso o Horário da Liderança do PMDB, se nenhum dos companheiros necessitá-lo, para concluir este pensamento.

Pois bem...

**O Sr. Marcos Isfer**

Vossa Excelência me concede um parte?

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Já lhe concedo. Já termino o raciocínio e lhe passo a palavra.

Temos no Estado do Paraná, aproximadamente dois milhões e trezentos mil veículos.

A lei prevê que veículos com três anos ou a partir de três anos têm que ter esta expressão "veicular". Isso nos leva a um milhão e quinhentos mil veículos que obrigatoriamente terão que fazer periodicamente essa inspeção.

Todos os municípios do Estado do Paraná estão, da mesma forma que o governo e o poder público, completamente sem condições de tocar. Então, imagino um município como Curitiba, como Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Umuarama, Cascavel, Foz do Iguaçu, Beltrão e Pato Branco, e tantos outros municípios grandes que poderão auferir uma receita, já que a lei determina que isso seja feito, receita própria, executada pelo próprio município sob responsabilidade do município, do DETRAN e dentro das normas do CONTRAN, para executar um trabalho que será transmitido para, através de licitação, alguém da iniciativa privada fazer.

Quando o município julgar que ele tem uma quantidade de veículos suficientes para implantar esse sistema, dentro das normas da resolução do CONTRAN, autoriza o projeto, o consórcio de municípios.

Os municípios consorciados poderão executar um único local. quando nenhum município quiser, permite que o DETRAN possa fazer isso através de outras entidades que eventualmente possam pleitear e aqui coloco em consideração mais uma questão que coloquei anteriormente em outros projetos.

Porque não passarmos a usar a estrutura dos Registros Cíveis, por exemplo, que têm fé pública e hoje estão prestando serviço de óbito e de nascimento gratuito para a população e possa ser uma forma de sustentação?

Porque a iniciativa privada terá que fazer esse trabalho de vistoria quando a base municipal poderá fazê-lo se assim o desejar? Então, Senhores Parlamentares, iremos distribuir aos companheiros e discutir com o DETRAN e sabemos que haverá uma disputa judicial, sabemos que o CONTRAN vai defender o seu projeto, mas sabemos que essa disputa judicial poderá ser ganha se existir a von-

tade política de brigar por ela, dos organismos de trânsito dos Estados do Governo do Estado em assembleias, dos organismos que representem a população para que possamos, através desse projeto, transferir aos municípios uma receita a mais que eles não estão tendo, porque quando estoura a rua do município, quando precisa fazer a recuperação na base do município, é a prefeitura municipal que tendo ou não dinheiro, terá que fazer. Quando há reclamação, é o município que tem que fazer. Por que tirar do município essa atribuição do que poderá ser feito?

Concedo o aparte a um especialista nesta matéria, Deputado Marcos Isfer, que foi Diretor do DETRAN.

**O Sr. Marcos Isfer**

Quero parabenizá-lo, porque essa é uma disputa que os Estados realmente terão que ter.

O Estado do Paraná, até prevendo que isso pudesse ocorrer, porque já havia um movimento antigo nesse sentido, saiu em defesa do Estado e dos seus municípios. Já constava, naquela oportunidade, do projeto de que os municípios seriam agraciados com todo o valor da inspeção ambiental, aquela de gases, necessária em alguns municípios, e também parte dos recursos da inspeção veicular. E hoje o que vemos mais uma vez, é o Governo Federal tentando se apossar de um recurso que, por lei federal, é pertencente aos Estados e aos Municípios.

E concordo com V.Exa. quando diz que, efetivamente, pode ser uma forma de alavancar os municípios, de alavancar o próprio estado, mas, principalmente, nós temos que tomar a mesma posição que São Paulo já adotou, que é vir contra essa resolução, contra essa determinação do Conselho Nacional de Trânsito.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Agradeço, Deputado Marcos Isfer.

E saiba V.Exa. que recebo o seu aparte com grande apreensão e com satisfação neste instante, de perceber que V.Exa. que conhece mais a fundo a questão de trânsito seja solidário. Porque não podemos admitir que se esvazie cada vez mais os parques recursos que possam eventualmente suprir necessidades da base municipal. Por que tem essa mania nacional, momentânea de transferir para a iniciativa privada tudo o que pode ser feito por organismos da base municipal ou estadual? E analisando muito isso, achando que, talvez, o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito que tivesse preocupado, Deputado Marcos Isfer, com a receita de 5% que a Resolução do CONTRAN traz, deixamos inclusive, no projeto, a remessa de 5% para evitarmos uma briga maior, embora seja alta-

mente discutível na votação do projeto, manter ou não manter esses 5% para o FUSEP. E deixa em aberto também, que poderíamos ter carimbado no início, os 10% para o Órgão Executivo de Trânsito do Estado do Paraná para que a Assembléia Legislativa, para que o Poder Público do Estado do Paraná defina nesses 10% a sua destinação: se para um fundo de defesa de acidentados; se é para um fundo que preste serviços sociais; se é para um recurso de manutenção dos nossos sistemas viários.

Enfim, a Assembléia Legislativa, órgão representativo da população, poderá, na discussão do projeto, se assim o entender, destinar parte desse recurso. Agora, basicamente, tenho certeza absoluta, que estaremos fortalecendo a economia dos municípios a partir do momento que entrarmos nessa briga e fazemos com que essa inspeção possa ser feita pelo município e não pela entidade privada ganhadora de uma licitação nacional.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no horário do Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando vim para este Parlamento, no meu primeiro mandato, após seis anos como Vereador - o Deputado chega aqui com aquela vontade tresloucada de colocar os seus sonhos, de fazer da sua caminhada o grande encontro de suas aspirações, e lamentavelmente o concreto deste Parlamento, às vezes, barra os nossos sonhos e os nossos ideais

O Deputado Algaci Túlio veio a esta tribuna e apresentou um projeto que na época e chamo atenção do Deputado Tiago e V.Exa. sabe muito bem porque é jornalista como eu, tem um programa de rádio, teve um programa um programa de televisão, também tenho um programa de televisão que começa dia 01 para o Paraná e por satélite para todo o Brasil, devolveram a marca do meu programa.

Mas, eu denunciava isto e o Deputado Algaci denunciava no seu programa de rádio, ele sempre teve um programa e somos amigos. O Deputado Algaci fez uma lei que na maioria das Delegacias de Polícia, por exemplo, o seu carro é roubado em Curitiba e encontrado em Medianeira. Ele vai para o pátio e quando não é usado como "cabrita", na gíria policial, fica abandonado no pátio da delegacia apodrecendo. Desafio quem me desminta. Só numa cidade próxima a Londrina, Sertaneja, no ano retrasado devia ter ali, presos pela Polícia Rodoviária Estadual uma média de 10 a 12 carros abandonados

no pátio apodrecendo e os proprietários não sabiam onde estavam seus carros.

Se um carro fosse roubado em Colombo e apreendido em Foz do Iguaçu iria para o pátio da delegacia e o proprietário não saberia onde estava seu carro. Então, o Deputado Algaci entrou com um projeto. Às vezes roubam o seu carro e pode ser o carro do Deputado Valdir Rossoni, de qualquer pessoa, do Deputado Renato Gaúcho, dos Deputados Tony Garcia, Annibelli, Carlos Simões, do meu Presidente, do Deputado Zucchi, do Deputado Baratter, do meu querido Pastor, do Deputado Durval, do Edno, do Zuk e o Algaci apresentou um projeto que estes carros deveriam imediatamente ser encaminhados à Capital do Estado, quer dizer, é apreendido o carro, em vez de ser usado como "cabrita", imediatamente ser deslocado à Capital do Estado.

E, entrei com uma emenda ao projeto do Algaci pedindo à Secretaria de Comunicação Social que todos os carros apreendidos no Paraná, imediatamente o delegado de polícia tinha que passar para a Secretaria de Segurança Pública e ser publicado na Folha do Paraná, na Gazeta do Povo, na Tribuna do Paraná, no jornal da sua região, meu querido Chico, no jornal da região do Deputado Baratter em Foz do Iguaçu, no Jornal de Colombo, no jornal de Ponta Grossa, no jornal do Diário de Maringá do meu querido Frank, em todos os jornais minha querida Deputada Josefina. O carro da senhora foi roubado, está preso, vamos dizer, na terra do meu querido Deputado José Maria Ferreira, meu particular amigo, então o delegado de Ibiporã imediatamente tem que comunicar o fato à Secretaria de Segurança, e imediatamente este carro, o Secretário, a assessoria de imprensa da Secretaria manda a relação dos carros roubados para a imprensa, Gazeta do Povo, Folha de Londrina, Jornal de Londrina, Diário do Norte do Paraná, Diário de Cianorte, terra do Edno, o Jornal de União da Vitória, terra do meu querido Líder, Valdir Rossoni, para o jornal da região do meu querido Deputado Traiano, enfim, todos os jornais.

E ainda pedi uma verba ao Governo do Estado, que se publicasse nos jornais de grande penetração, da televisão, como o jornal do Paraná, jornal do SBT, jornal da CNT, na TV Educativa, nos programas de rádio, todas as emissoras de rádio seriam obrigadas, Deputado Renato Gaúcho, Vossa Excelência que tem um programa de grande audiência, você teria um espaço naquele horário para publicar: "Atenção Paraná! Carros roubados que estão à disposição na Central tal, rua tal, número tal, à disposição do seu proprietário, Golf tal, chassis tal, kombi tal". E ia descrevendo os carros.

Lamentavelmente o nosso projeto foi vetado. Sabe por quê, Deputado Renato Gaúcho? Porque não tinham dinheiro. Você vem aqui, sobe, elabora um projeto, vai no gabinete, sonha, fala com a tua assessoria, bate o projeto, pede a Constituição do Estado, pede a Constituição Federal, procura o meu querido Sotto Maior na Comissão de Justiça na Sala das Comissões desta Casa, esse menino é uma inteligência, ele vem, me orienta, traz os subsídios, a gente elabora o projeto, o plenário aprova, projeto de fundamental importância.

Nos países de primeiro mundo um carro roubado não é usado. Nos países de primeiro mundo quando é roubado é levado para uma repartição, ele é, é como se você tirasse uma fotocópia do carro, fizesse uma xerox do carro, passasse por uma tomografia computadorizada, passasse por uma ressonância magnética; e todos os jornais dos países de primeiro mundo publicam a relação dos carros roubados, publicam as emissoras de rádio, os grandes jornais. Aqui no Paraná o Deputado Algaci aprovou o projeto, eu emendei, aí foi lá para o Palácio, disseram que o Algaci sonhava demais, que o Alborghetti tinha que viver em país de primeiro mundo e que não tinham dinheiro para fazer isso.

Deputado Marcos Isfer, não estou criticando o governo passado, por favor, o Requião era uma briga comigo. Fiz um projeto aqui, Deputado Moysés, criando a Delegacia de Amparo ao idoso em Londrina, em Ponta Grossa, a terra do futuro Prefeito Péricles. Tem em São Paulo. Fui lá, entrei na delegacia, Moysés. Fui à Assembléia, peguei o projeto e fui à Câmara Municipal, não com o dinheiro do pobre, com o meu dinheiro. Fui ver como era a Delegacia de Amparo ao Idoso - ele que apanha em casa e é espancado pelo filho e nora, é rasgado. Rasgam a Constituição na Casa dos idosos. Rasgam a bandeira do Brasil e o Hino Nacional na cara dos idosos. Fui a São Paulo, peguei o projeto e cheguei aqui feliz da vida. Meu Deus, vou fazer o melhor sucesso do mundo.

Fiz o projeto, vim à tribuna e falei, falei, expliquei, chorei. Fui apoiado, mas os homens disseram que não, porque não tem dinheiro. O que se aprova aqui não tem dinheiro. Nada do que se aprova aqui tem dinheiro.

Esse é um desabafo. O que estou fazendo agora? Hoje, cheguei cedo, fui para a televisão, voltei e vim para o meu gabinete. Peguei a plataforma de governo do governador Jaime Lerner. Estou lendo tudo o que ele prometeu, página por página. Vou passar tudo no papel e vou mandar para lá: o senhor, no seu programa de governo, disse que iria tirar os meninos de rua. Mas não é para tirar os meninos de rua e colocá-los em cima da calçada. É para tirá-los da rua e colocá-los numa Casa de SOS, para salvar os meninos de rua. Porque

é muito fácil falar isso e continuar tudo a mesma coisa. Temos que tirar os meninos das ruas e fazer uma escola. Fiz aqui um projeto criando uma escola, o SOS criança. Já tem em São Paulo. Pedi para um Deputado e a Sandra pediu para a Assembléia de São Paulo e o projeto já está aí. Quero parabenizar a idéia que foi da Prefeita Irondina. Depois, nesta Casa, ela foi transformada pela Assembléia Legislativa, o governo paulista não pôde fazer, a Assembléia aprovou e, na época, não sei quem era o governador, acabou fazendo essa casa profissionalizante aos menores.

Tem uma série de coisas que poderia ficar aqui divagando a respeito de uma série de projetos importantes. Não é apenas eu que tenho. O Valdir, o Edno, têm. O Deputado Edno ficou aqui quatro anos gritando para transformar Cianorte no maior pólo têxtil do Sul do país. Ele ficou pedindo: me ajudem, me socorram! Não recebeu um tostão. Sabem quando que ele vai receber? Nunca!

São idéias. São sonhos. Poderia ficar aqui a tarde inteira desabafando os projetos.

Lembro que briguei muito com o Deputado Caíto Quintana na Constituição do Estado. Esse homem é: "osso duro de roer", mas teve uma emenda minha e da Deputada Irondi que ele concordou e aprovou de tanto que brigamos com aquele jovem senhor e Parlamentar: criar a Delegacia da Mulher. Esse projeto é meu, da Deputada Irondi e do Deputado Aroldo Ferreira. O senhor se lembra que estava na tribuna? E nós brigando com o senhor aqui, eu vinha, gritava aqui e ia para lá e sapateava. Virei uma pomba-gira aqui dentro deste tapete vermelho, e o senhor colocou a emenda criando a delegacia. Agora tem a Delegacia de Amparo ao Idoso, a Delegacia contra os crimes violentos. Por exemplo, se fala muito em direitos humanos para bandidos - mais um minutinho - mas se esquecem, não é Deputado Nelson Justus, de falar em direitos humanos para as famílias que tenham passado por crimes violentos. Por exemplo, a morte dessa menina de Foz do Iguaçu, essa menina que foi assassinada lá esta semana, não sei se Vs. Exas. sabem, saiu hoje na Folha Paraná. A menina foi seqüestrada na porta do clube, estuprada, estrangulada, rasgada, e o canalha, o cafageste, o ordinário que matou esta jovem, está solto!

E quando ele é preso, o que é que ele tem? Primeiro, café da manhã, almoço, café da tarde, banho quente, roupa limpa, jogo de cartas na penitenciária, jogo de birosquinha. Bate um tênis, de minha: Plat, plat, plat... Enquanto as nossas famílias não têm teto para morar, não tem comida...

Meu querido pastor, os nossos gabinetes estão abarrotados, como a sua igreja que faz aquele trabalho bonito de socorrer milhares de pessoas, como faço, como a Serafina faz, que trabalhamos por

cidadania e justiça social. O preso tem mais regalias do que o pobre! Então, sou contra direitos humanos para bandido! Sou a favor de direitos humanos para as famílias que tenham passado por crimes violentos. Criei este projeto nesta Casa mas não tinha dinheiro!

Para finalizar, Deputado Algaci, espero que seu projeto volte, por favor, vamos voltar. Deputado Algaci, este projeto é importante e tenho só uma emenda nele, fiz um projeto aqui criando a penitenciária do campo. Amanhã volto a falar o que é penitenciária do campo. Sabem onde ela está hoje? Na Califórnia. Pedi à embaixada americana que me mandasse - correspondo-me muito com as embaixadas, correspondo-me com a embaixada de Portugal, da Alemanha, de Cuba. Tanto é que consegui medicamentos para as minhas crianças com câncer de pele, em Cuba; o Brasil não faz este medicamento, mas Cuba faz. E consegui na embaixada americana o modelo de todas as penitenciárias profissionalizantes que têm, principalmente na Califórnia. Fiz um projeto para fazer uma aqui, não tem dinheiro... então o que estou fazendo aqui? Me digam o que estou fazendo aqui?

Isso é um desabafo.

Obrigado a V. Exa.. Como sempre, V.Exa., com estes cabelos brancos lindos, tem tido muita paciência com este Parlamentar que quando vem para a tribuna vem para desabafar. Lamentavelmente, o meu desabafo vai ficar entre quatro paredes, mais uma vez!

Muito obrigado.

O SR. NELSON JUSTUS

Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o Deputado Edgar Bueno.  
(Ausente).

Passamos ao Horário das Lideranças.

(Todos Declinam).

Não havendo oradores inscritos no Horário das Lideranças, passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

“ITEM 01

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### CÁLCULO DAS COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Cálculo conforme Artigo 62 da Constituição do Estado  
do Paraná e 31 do Regimento Interno:

‘Art. 62 - A Assembléia Legislativa terá comissões permanentes temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas nesta Constituição, no Regimento Interno, ou ato que resultar a sua criação.

§ 1º - Na constituição da Mesa e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos, ou dos blocos parlamentares que participarem da Assembléia Legislativa.’

-----  
“Art. 31 - As Comissões Permanentes organizar-se-ão dividindo-se o número de membros da Assembléia pelo número de membros de cada Comissão e o número de Deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, cujos nomes indicados pelo respectivo Líder.

Parágrafo Único - Se por esse processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos Partidos ou Blocos Parlamentares ainda não representados, na ordem decrescente do número de membros de bancada”.

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA

O quociente para organizar as Comissões Permanentes nas duas primeiras Sessões Legislativas da 14ª Legislatura, conforme a composição partidária nesta data, 23 de fevereiro de 1999, em conformidade com a Seção II do Regimento Interno, será a seguinte:

# 1 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - 15 membros

Partido	Nº de Deputados	Quociente	Membros
PFL	10	2,77	03
PTB	10	2,77	03
PPB	07	1,94	02
PMDB	07	1,94	02
PSDB	06	1,66	02
PT	04	1,11	01
PDT	03	0,83	01
PSB	02	0,55	01 (*)
PSC	02	0,55	01 (*)
PL	02	0,55	01 (*)
Sem Partido	01	0,27	00

(\*) Houve empate no quociente entre os três Partidos, neste caso haverá um sorteio para preenchimento da última vaga na C.C.J..

## 2 - COMISSÕES COMPOSTAS POR SETE (07) MEMBROS

- 01 - Comissão de Finanças;
- 02 - Comissão de Orçamento;
- 03 - Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio;
- 04 - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;
- 05 - Comissão de Educação, Cultura e Esportes;
- 06 - Comissão de Terras, Imigração e Colonização;
- 07 - Comissão de Segurança Pública;
- 08 - Comissão de Saúde Pública;
- 09 - Comissão de Redação;
- 10 - Comissão de Tomada de Contas;
- 11 - Comissão de Turismo;
- 12 - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;
- 13 - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa;
- 14 - Comissão do MERCOSUL; e
- 15 - Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania..

Partido	Nº de Deputados	Quociente	Membros
---------	-----------------	-----------	---------

PFL	10	1,29	01
PTB	10	1,29	01
PPB	07	0,90	01
PMDB	07	0,90	01
PSDB	06	0,77	01
PT	04	0,51	01
PDT	03	0,38	01
PSB	02	0,25	00
PSC	02	0,25	00
PL	02	0,25	00
Sem Partido	01	0,12	00

## COMISSÕES ESPECIAIS COM CINCO (05) MEMBROS:

Partido	Nº de Deputados	Quociente	Membros
PFL	10	0,92	01
PTB	10	0,92	01
PPB	07	0,64	01
PMDB	07	0,64	01
PSDB	06	0,55	01
PT	04	0,27	00
PDT	03	0,27	00
PSB	02	0,18	00
PSC	02	0,18	00
PL	02	0,18	00
Sem Partido	01	0,09	00

Dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da presente data, a organização das Comissões Permanentes poderá ser alterada desde que haja mudanças na composição partidária, obedecendo o critério consagrado pelo uso da Casa, garantindo a representação proporcional prevista constitucional e regimentalmente.

Palácio 'XIX DE DEZEMBRO', em 23.02.99.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente"

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 45 e 46, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 47 e 56, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 48, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 51 e 59, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 52, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 53 a 55, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Agradeço aos Líderes dos Partidos, e que providenciem, o mais rápido possível, a listagem dos nomes pertencentes às Comissões permanentes desta Casa.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Não fiz um requerimento porque acredito que essa matéria interessa a Assembléia Legislativa como um todo. Então, faço a solicitação verbalmente à Mesa Executiva.

Tenho notícias hoje, pelos jornais, que o Governador Jaime Lerner pretende enviar para apreciação desta Assembléia, por ocasião e em função do veto aposto pelo Governador na Emenda do Deputado Antonio Annibelli, que a partir dos setenta anos isenta a Contribuição para o Fundo de Previdência. De que o Governador pensa em mandar uma Mensagem a Assembléia isentando aqueles que recebem até 300 reais por mês. Pois bem! A informação que se tem é de que o Sr. Renato Follador, Secretário de Governo, informa o Governador de que isto dará um prejuízo para os cofres públicos na ordem de 300 mil reais, do ponto de vista da arrecadação da Previdência.

Escutando hoje os Jornais e escutando comentários do jornalista Geraldo Mazza, se o Governo do Estado, e aí talvez seja uma matéria para que a Comissão Executiva possa instruir melhor a Assembléia. Se o Governo do Estado paga 150 mil reais por mês só para o time de Basquete da jogadora Hortência, como contribuição do Estado para financiar o basquete em Curitiba. Gostaria de saber quanto de patrocínio para entidades parecidas com a de basquetebol, que o Governo desenha por mês.

Porque se esse montante é verdadeiro, acho que a Comissão Executiva da Assembléia e os Deputados, na realidade têm que aprovar a não aprovação do veto do Governador.

É um descabimento o que está acontecendo em relação aos servidores do nosso Estado. Majorar aqueles que já trabalharam e que têm mais de setenta anos de idade, enquanto que uma soma enorme de recursos saem para financiar. Não sou contra o financiamento, o patrocínio do Estado, seja no Esporte, na cultura, seja algumas atividades que mereçam ser patrocinadas. Mas acho que daí não será justo fazer um veto numa emenda que tem cunho social altamente relevante para o funcionalismo público do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência deixa de externar, por razões óbvias, a sua opinião, mas aguarda que essa matéria chegue a Mesa Executiva da Casa, para então, sairmos do terreno das suposições e essa Casa tomar a sua posição oficial.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apresentei ontem nesta Casa um requerimento solicitando informações do Tribunal de Contas sobre uma obra da Barragem de Foz do Iguaçu e do Portal de Foz do Iguaçu, uma obra realizada pela Secretaria do Meio Ambiente.

Ontem apresentei um requerimento, virou uma novela, porque o requerimento não foi lido ontem na Sessão, ficou para ser lido hoje também não foi lido. E não vejo nada de mais, porque o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa. É um órgão onde os Deputados naturalmente podem recorrer ou socorrer-se para ter informações da prestação de contas dessa ou daquela licitação, dessa ou daquela obra. Então gostaria que esse requerimento fosse lido e que o Tribunal de Contas me informasse, para saber como foi a licitação, quanto foi pago, se a obra foi feita, se foi superfaturada. São informações necessárias que o Parlamentar deve ter.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Essa Presidência não recebeu esse requerimento na data de ontem. A informação que temos é que o Presidente Anibal Khury traria hoje, após uma discussão com a Mesa Executiva. Lamento que não tenha chegado até aqui. Vou envidar todos os esforços para que na sessão de amanhã esse requerimento seja votado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 25, às 10:00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

---

1ª Discussão - do Projeto de Lei nº 447/98.

Levanta-se a sessão.